



(48)32224668



sintrajusc



SintrajuscSindicato



Sintrajusc

Florianópolis (SC) - 28 de outubro de 2025 - nº 1517

Destruição dos servidores públicos:

Proposta de Reforma Administrativa começa a tramitar na Câmara dos Deputados

Em todo o país, esta e a próxima semana serão de intensificação da luta contra a Reforma Administrativa, que vai mudar a cara do estado brasileiro e arrasar os serviços e os servidores e servidoras públicas.

A Proposta de Emenda à Constituição da Reforma Administrativa (PEC 38/2025) foi apresentada na sexta-feira (24) com a assinatura de 11 deputados por Santa Catarina (ao lado).

São mais de 200 alterações na Constituição Federal, atingindo a União, estados e municípios e mudando regras que irão afetar quem está na ativa, se aposentou ou está para se aposentar.

A proposta terá que ser barrada, e pela nossa luta, como fizemos, durante o governo

SC: quem assinou a PEC



Zé Trovão (PL) Julia Zanatta (PL) Ricardo Guidi (PL) Daniel Freitas (PL) Jorge Goetten (Republicanos)



Gilson Marques (Novo) Luiz Fernando Vampiro (MDB) Pezenti (MDB) Ismael (PSD) Cobalchini (MDB) Fábio Schiochet (União)

Bolsonaro, com a PEC 32, também de Reforma Administrativa. O Sintrajusc está participando de atividades junto ao Fórum Catarinense de Defesa do Serviço Público para pressionar os

deputados federais. O mote é este: **quem votar não volta**. Nesta edição, saiba mais sobre as ameaças da proposta e como fazer parte da luta em defesa dos servidores públicos.

Servidores e servidoras públicas sob ataque

O texto de Reforma Administrativa reúne propostas distribuídas em 4 eixos: Estratégia e Gestão do Estado; Transformação Digital e Simplificação; Profissionalização e Gestão de Pessoas; Extinção de “Privilégios” e Avaliação de Desempenho.

QUAIS SÃO AS AMEAÇAS

- Sob o discurso de eficiência e meritocracia, a reforma achata carreiras, estreita concursos e fragiliza a estabilidade, deslocando para dentro do Estado a lógica empresarial do mercado — metas, bônus e gestão por resultados financeiros com avaliações subjetivas que promoverão ainda mais perseguições.

- Lógica empresarial de gestão: metas anuais, acordos de resultados e bônus variáveis substituem a política salarial permanente. Isso volatiliza a renda, aprofundando desigualdades internas e rompendo a isonomia.

- O orçamento passa a ser condicionado a metas de custo-benefício e produtividade, sem medir impacto social real. O ganho é financeiro, não assistencial. O cidadão aparece apenas depois do corte, como variável de ajuste, não como finalidade do Estado.

- O texto da reforma cria um novo regime jurídico, fora do Regime Jurídico Único (RJU), no qual servidores(as) não terão estabilidade, poderão ser demitidos

após avaliações sucessivas e terão vínculos mais frágeis, com direitos reduzidos. A crise do Regime Próprio também abre espaço para migrar servidores ao INSS (Regime Geral), desmontando garantias históricas do funcionalismo público.

- Criação de teto específico para despesas de pessoal: a partir de 2027, a folha só pode crescer até 2,5% ao ano se a receita variar acima da inflação; do contrário, o limite será a inflação. É um arcabouço fiscal permanente, aplicado aos Poderes Legislativo e Judiciário de estados e municípios, que engessa realidades distintas e reduz a autonomia orçamentária.

- A abertura de concursos, com a reforma, passará a depender de uma série de barreiras burocráticas: (1) estudo técnico com dados dos últimos 10 anos e projeção para os próximos 10 anos; (2) comprovação de realocação e digitalização de processos; (3) análise prévia de execução indireta — ou seja, verificar se é possível terceirizar antes de repor o quadro efetivo.

- Cada ente da federação adotará uma única tabela remuneratória para todas as carreiras e poderes, com salário inicial vinculado ao mínimo e final limitado ao limite remuneratório aplicável ao ente da federação. O discurso oficial é de “transparência” e “padronização”, mas o efeito real é ni-

velar por baixo, eliminar diferenças legítimas (como titulação e dedicação exclusiva) e reduzir a margem de negociação.

- Obrigatoriedade de pactuação anual de metas, com indicadores “de eficiência, eficácia, efetividade, qualidade, produtividade e economicidade”, monitoramento trimestral e alinhamento ao planejamento e às leis orçamentárias. Ou seja, metas passam a reger o ciclo de gestão e a avaliação periódica do servidor(a).

- Elevação da digitalização da administração pública — e, contradiatoriamente, impõe um teto padronizado de apenas 20% de teletrabalho. Além disso, o modelo transfere custos (internet, energia, mobiliário, ergonomia) ao servidor(a) e restringe residência, desincentivando inclusão e acessibilidade — exatamente o oposto do que a digitalização deveria promover.

- A reforma não fortalece o quadro efetivo — ela normaliza temporários e prioriza terceirização, por mecanismos distintos.

- A reforma promete “acabar com privilégios”, mas poupa as Forças Armadas das mudanças centrais (tabela única, 20 níveis, metas e avaliação punitiva). Enquanto o funcionalismo civil enfrenta achatamento e restrições, o gasto militar segue concentrado em pessoal e regras de pensão com benefícios herdados.

Não é reforma, é desmonte do estado

Linha de desmontagem: passo a passo da contenção



Resultado: um Estado menor, mais frágil e menos capaz de garantir direitos, com servidores desvalorizados e serviços públicos precarizados.

Gráfico: deputados Carlos Giannazi, Luciene Cavalcante e vereador Giannazi

Sintrajusc participa de atividades em Brasília e Florianópolis

A diretoria do Sintrajusc está participando das atividades de pressão sobre os deputados(as) para barrar a Reforma Administrativa.

A coordenadora Maria José Olegário, que também integra a direção da Fenajufe, está em Brasília abordando os deputados(as) no aeroporto e nos gabinetes e atuando em mobilizações, como a Marcha

Nacional do Serviço Público dia 29. O coordenador Paulo Kinski esteve na UFSC e conversou com o deputado Pedro Uczai (PT), que vem fazendo a defesa dos servidores e servidoras e se posiciona contra a reforma.

O Sindicato também está contribuindo com a produção de material informativo junto ao Fórum Catarinense de Defesa do Serviço Público.

A mobilização é grande e precisa de todos e de todas. Ainda não é sindicalizado(a)?

A hora é agora!

A ficha e as informações estão no código abaixo.



Reforma Administrativa trará graves prejuízos para aposentados e aposentadas

O Sindicato tem ouvido muito que a Reforma Administrativa, se for aprovada, “não vai pegar” aposentados, aposentadas e pensionistas. Mas

alertamos: vai sim, e inclusive quem está perto de se aposentar. No quadro, estão indicadas as principais mudanças previstas no texto, todas elas

muito graves e que exigem a mobilização de todos os servidores, tanto na ativa quanto aposentados.

CONFIRA:

PARIDADE

O texto prevê a extinção das carreiras atuais e a criação de novos cargos, uma manobra que romperia a continuidade das contribuições e anularia o direito à paridade entre ativos(as) e aposentados(as).

REAJUSTE

Com a reforma, os futuros reajustes só alcançarão os aposentados(as) se ditos expressamente na lei.

Também há a questão dos vinte níveis, ainda indefinido, mas pode ser que o aposentado(a) de hoje fique no equivalente ao nível 13 atual, e, pelo princípio da irredutibilidade de vencimentos, o resto ficará congelado até ser alcançado pelo tabelão único por ente federativo.

PRODUTIVIDADE

O texto da reforma é explícito ao proibir a participação desses grupos em quaisquer

bônus de eficiência ou programas de participação em resultados. A política salarial resultante deste modelo gerencial valoriza a remuneração por produtividade. Neste caso, o(a) aposentado(a) será excluído. Mais grave ainda, ele impede a instituição ou extensão de quaisquer verbas remuneratórias baseadas em desempenho ou parcelas indenizatórias para aposentados(as) e pensionistas.

COMO SE MOBILIZAR EM DEFESA DOS SERVIDORES(AS) PÚBLICOS(AS)

Temos que pressionar os deputados e deputadas de Santa Catarina na Câmara e barrar a Reforma Administrativa.

Eles têm que saber: milhões de servidores(as) públicos e familiares em todo o Brasil estão de olho!

Se aprovada, a reforma também vai facilitar a corrupção em nível federal, estadual e municipal por meio da contratação temporária no serviço público, entre outros mecanismos.

Parlamentar que aprovar a PEC da Reforma Administrativa não volta em 2027!

Nesta semana, o Sintrajusc está publicando no site, Instagram e Facebook e enviando por e-mail, listas de transmissão e grupos de WhatsApp de sindicalizados(as) as orientações (caminhos) para enviar a mensagem aos deputados e deputadas. Participe!

Em Florianópolis, o Fórum Catarinense de Defesa do Serviço Público, do qual o Sintrajusc faz parte, convoca todas e todos para o ato contra a reforma no auditório Antonieta de Barros da Assembleia Legislativa de



Santa Catarina (ALESC) a partir das 9h30 do dia 4 de novembro, com o lançamento do Atlas do Serviço Público em Santa Catarina.

Quer saber mais sobre a reforma? Veja a palestra do consultor sindical Vladimir Nepomuceno realizada dia 23 na UFSC e disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=iUqDr8yULKg>

